

Condenada pela ONU, Rússia negocia enquanto joga bombas

COM O APOIO DO BRASIL, ASSEMBLEIA GERAL DA ONU CENSURA A INVASÃO RUSSA NA UCRÂNIA E EXIGE A RETIRADA DAS TROPAS DE VLADIMIR PUTIN DO TERRITÓRIO VIZINHO. DOS 193 PAÍSES MEMBROS, 141 VOTARAM A FAVOR DA RESOLUÇÃO

Uma condenação histórica

Após o fim de três dias de debates, a Assembleia Geral das Nações Unidas condenou a Rússia, ontem, por maioria esmagadora, pela invasão da Ucrânia, que entra hoje no oitavo dia. Foram 141 votos a favor, cinco contra e 35 abstenções. Apesar de o presidente Jair Bolsonaro insistir que seu governo permanecerá "na neutralidade" em relação à guerra deflagrada pelo russo Vladimir Putin, o Brasil votou pela aprovação da resolução, que exige a retirada das tropas de Moscou do território ucraniano e "deplora" a agressão infligida ao país vizinho.

"A mensagem da Assembleia Geral é alta e clara", ressaltou o secretário-geral da ONU, António Guterres. "Acabem com as hostilidades na Ucrânia agora. Abram a porta para o diálogo e a diplomacia", acrescentou. O representante da União Europeia enfatizou que o resultado mostra o isolamento de Putin no cenário internacional. "A Rússia optou pela agressão. O mundo pela paz", afirmou o representante da União Europeia, Olof Skoog.

De fato, é expressivo o aumento da censura a Moscou em relação a episódios anteriores. Há oito anos, a Assembleia Geral, que reúne 193 países, também aprovou uma resolução contra a Rússia, daquela vez, condenando a anexação da Crimeia, até então parte da Ucrânia. Na ocasião, 100 nações apoiaram a medida, 11 foram contra e 58 se abstiveram.

Apesar de todo o simbolismo, a Assembleia Geral não pode aplicar medidas concretas, como sanções, contra a Rússia. Apenas o Conselho de Segurança, integrado por 15 países (cinco com assentos permanentes e 10 rotativos), teria esse poder. Na semana passada, a maioria deles aprovou resolução semelhante, mas, como membro efetivo, Moscou usou seu poder de veto.

Na votação de ontem, a Rússia obteve o apoio de Belarus, Coreia do Norte, Eritreia e Síria contra a resolução. A China ficou entre os 35 países que se abstiveram, ao lado, entre outros, de Cuba, El Salvador, Índia, África do Sul, Irã, Cazaquistão e Nicarágua. A Venezuela,

Getty Images via AFP



Painéis exibem o resultado da votação no plenário da ONU, que reforça o isolamento de Moscou na comunidade internacional

aliada de Moscou, não pôde votar devido ao não pagamento de sua contribuição à ONU. A dívida de Caracas se aproxima de US\$ 40 milhões.

Exterminio

Um dos últimos a falar na sessão, de uma lista de quase 120 oradores, o embaixador da Ucrânia na ONU, Serhiy Kyslytsya, acusou o "regime criminoso" de Vladimir Putin de querer aniquilar seu país. "Está claro que o objetivo da Rússia não é apenas a ocupação. É o genocídio", disse o ucraniano. "Vieram privar a Ucrânia do próprio direito de existir."

A embaixadora dos Estados Unidos nas Nações Unidas, Linda Thomas-Greenfield, descreveu o conflito como "injusto e desnecessário". Ela denunciou que a Rússia estava preparando um aumento na ofensiva. "Vimos vídeos de forças russas transportando armas excepcionalmente letais, que não têm lugar

no campo de batalha, incluindo bombas de fragmentação e bombas a vácuo", disse ela, referindo-se a arsenal proibido pela Convenção de Genebra.

A maioria dos oradores condenou inequivocamente a guerra, a insegurança e os riscos de escalada do conflito armado em um mundo que começava a se recuperar dos estragos devastadores da pandemia de covid-19, como evidenciado pela disparada dos preços das matérias-primas, particularmente do gás, do petróleo, níquel e alumínio, que podem alimentar ainda mais a inflação.

Legítima defesa

A Rússia insistiu na tese da "legítima defesa" ao justificar a operação, afirmando que seus alvos não são civis, apesar dos levantamentos de mortos e feridos demonstrarem um grande número de vítimas — 2 mil óbitos, de acordo com as autoridades ucranianas. Sem contar da onda migratória provocada

pelos ataques. Segundo a ONU, mais de 874 mil ucranianos foram forçados a deixar o país em busca de um lugar seguro.

Ao pedir voto contra a censura, o embaixador russo Vasili Nebenzia disse ainda que a maioria dos países sofre pressão das potências ocidentais para condenar Moscou. Nebenzia acusou o governo do presidente Volodymyr Zelensky de usar civis como escudo e de perseguir a própria população. "Votar contra a resolução é votar por uma Ucrânia livre do radicalismo e do neonazismo."

Na última semana, a Europa e os Estados Unidos adotaram uma enxurrada de sanções para isolar a Rússia e sufocar sua economia, de forma que não dispunha de recursos para financiar a guerra. Novas punições são estudadas pelo G7, grupo que reúne os países mais industrializados do mundo. Ao se manifestar, Valentin Rybakov, o representante de Belarus, um dos aliados mais fiéis de Moscou, chamou essas ações de "terrorismo econômico".

Pedido de paz e crítica sutil

O Brasil foi um dos países que votaram a favor do documento que pede à Rússia a retirada de suas tropas imediatamente e condena a invasão à Ucrânia. Em um discurso breve, que reuniu um pedido pelo fim da guerra e uma crítica sutil ao excesso de sanções impostas à Rússia, o embaixador do Brasil na ONU, Ronaldo Costa Filho, disse que a resolução não vai longe o suficiente.

O diplomata ressaltou que para chegar ao fim das hostilidades, aquela decisão era só um primeiro passo, mas que ações adicionais são necessárias. "A paz exige mais do que o silêncio das armas e a retirada das tropas. O caminho para a paz requer um trabalho abrangente sobre as preocupações de segurança das partes. A resolução não pode ser entendida como algo que permita a aplicação indiscriminada de sanções", afirmou.

O embaixador explicou que a resolução não pode ser vista como permissiva em relação à aplicação indiscriminada de sanções e do envio de armas. "Essas iniciativas não são condizentes com a retomada do diálogo diplomático construtivo. Geram risco de maior escalada das tensões, com consequências imprevisíveis", acrescentou.

Além de condenar a invasão, o documento reafirma que nenhuma aquisição de território por ameaça ou uso da força deve ser reconhecida como legal, além de expressar preocupação com os relatos de ataques contra civis. "O Brasil continua a pedir a todos os atores a desescalada e renovação dos esforços em favor de um acordo diplomático", reforçou o representante brasileiro.

Está claro que o objetivo da Rússia não é apenas a ocupação. É o genocídio"

Serhiy Kyslytsya, embaixador da Ucrânia nas Nações Unidas

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Mundo Pagina: 4